



Brasília | ano 50 | nº 199
julho/setembro – 2013

Democracia e internet

A revolução digital e os desafios à representação política

FÁBIO CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA

Sumário

Introdução. 1. Democracia representativa e os desafios do mundo contemporâneo. 2. A democracia representativa ainda será relevante no século XXI? 3. A internet e os seus usuários. 4. Internet e o exercício da cidadania. Conclusões.

Introdução

No quarto trimestre de 2010, quase 74 milhões de brasileiros tinham acesso à internet – um acréscimo de 10% em comparação com o mesmo período do ano anterior¹. O aumento do número de usuários foi acompanhado pelo maior tempo de acesso: em 2010, os brasileiros mensalmente passavam em média 32 horas conectados, 25 horas a mais em comparação ao dado obtido no início da década (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 1). O resultado dessas pesquisas, por si já expressivo ao revelar a importância que a internet passa a ter no cotidiano de milhões de pessoas em curto período de tempo, também tem relevância se associado à dinâmica trazida pela mudança dos padrões de comunicação e de transmissão de informações relacionados à rede mundial de computadores.

A evolução das comunicações deu-se mediante o aumento da velocidade da difusão de dados e mensagens. Da imprensa escrita às trans-

Fábio Cesar dos Santos Oliveira é juiz federal e Secretário-Geral do CNJ. Mestre em Direito pela UERJ e doutorando em Direito na USP. Professor da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).

¹ O número corresponde à estimativa de brasileiros com acesso à internet em domicílio, no trabalho ou em locais de acesso privado e público. Os dados foram divulgados em pesquisa realizada pelo IBOPE Nielsen Online entre 20/2009 e 3/10/2010 em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Salvador, Porto Alegre, Curitiba, Brasília, Fortaleza, Florianópolis e Campinas, tendo sido realizadas mais de 17 mil entrevistas em um universo de ambos os sexos com 10 anos ou mais.

missões televisivas internacionais, os veículos de mídia notabilizaram-se pela ampliação do alcance do número de receptores de informação e pelo acesso mais ágil à notícia. A participação da mídia na formação das opiniões e convicções sociais também denota uma sobreposição às formas tradicionais de diálogo e interação comunitária. A opinião pública não é mais um reflexo de tradições e padrões morais transmitidos pela linguagem oral ou amoldados nos polos tradicionais de formação de ideias em uma comunidade.

A progressiva ampliação dos veículos de comunicação de massa enfrentava, porém, limites gerados pelas elevadas despesas para instalação e manutenção. O pequeno número de jornais e empresas de rádio e televisão não era um incentivo para que eles se tornassem permeáveis à participação popular na definição de sua pauta. Restrito o número de veículos capazes de ingressar no mercado dispendioso da comunicação social, era factível a probabilidade de a organização deles reiterar um projeto da exclusão da pluralidade de opiniões. Essa possibilidade aliava-se à tendência de concentração da propriedade desses veículos por poucos grupos, o que poderia desfavorecer a disseminação de posicionamentos que não refletissem o amplo espectro das divergências encontradas nos segmentos sociais.

Em meio a esse cenário, o avanço na utilização dos recursos da rede mundial de computadores para a difusão de informação gera inúmeras questões. Os seus usuários aumentam progressivamente e tendem a dispor de formas de conexões mais acessíveis e baratas, quando comparadas às dificuldades enfrentadas nos anos iniciais de sua instalação. As fronteiras para a transmissão de informação são mais porosas e mesmo as tentativas de censura são fragilizadas pelas brechas encontradas por opositores a governos nacionais não democráticos

(ROSENFELD, 2010, p. 685). São, portanto, maiores as chances de obtenção de informação por fontes diferentes, com filiações político-partidárias distintas, assim como são maiores as possibilidades de os cidadãos, em páginas pessoais, redes sociais, blogs e envio de mensagens abertas, explicitarem suas insatisfações, reivindicações e propostas. Em uma perspectiva teórica, a potencial ampliação da participação política fomentada pela internet tornaria mais próxima a realização do ideal da democracia direta, uma vez que seria disponível a todos os cidadãos a manifestação explícita de suas posições sobre as questões políticas, pontuais ou mais abrangentes, que lhes dissessem respeito e afetassem diretamente suas vidas e a condução de seus países – o que ensejaria a possibilidade de uma gestão política intermediada eletronicamente, um *E-government* (ROY, 2003, p. 3).

Sob as inovações trazidas pela internet, o artigo pretende analisar se a ampliação do acesso à comunicação e a disponibilidade crescente de informações são fatores decisivos para a modificação dos padrões de vivência democrática, especialmente no Brasil. Alicerçada no conceito de representação, a experiência democrática contemporânea seria sensível a essas inovações por tornarem mais estreitos os elos entre representantes e eleitores, o que, a princípio, faria com que o ideal de democracia direta ganhasse perfil mais concreto, porque teria sido encontrado o instrumento que ultrapassa as dificuldades fáticas inerentes à manutenção dos cidadãos em constante assembleia deliberativa. Contudo, a hipótese ora adotada é dicotômica em face dessa perspectiva. À pergunta relacionada à possibilidade de a internet ser o instrumento para tornar desnecessária, ou menos relevante, o exercício da democracia representativa, cogito de uma resposta negativa.

Essa hipótese é assim apresentada, porque a manutenção da democracia representativa

não se explica pela ausência de mecanismos de promoção eficiente e diuturna da democracia direta, mas em razão de dificuldades inerentes ao processo de deliberação majoritária gerarem, sem a intermediação de instituições representativas, resultados que possam realizar e conservar os princípios sobre os quais se fundamenta o regime democrático. Para aferir a correção da hipótese, serão apresentados os principais elementos do regime democrático representativo. Em seguida, pretendo discutir como a internet pode modificar a forma do relacionamento entre os políticos e os eleitores, e se as experiências de movimentos, organizados por meio da rede mundial de computadores, revelam a capacidade de eles se sobreporem aos mecanismos tradicionais de representação política e se a influência que eles exercem pode infirmar a relevância da democracia representativa.

1. Democracia representativa e os desafios do mundo contemporâneo

As transformações socioeconômicas observadas nas últimas décadas do século XX impulsionaram uma renovada análise da democracia representativa centrada na possibilidade de manutenção de seus paradigmas, uma vez modificado o contexto que deu suporte ao seu avanço. Observou-se, então, que: i) a crise do Estado de bem-estar social infirmava as políticas de redistribuição como ponto de apoio das democracias de massa; ii) a informalidade do mercado de trabalho e o avanço do capitalismo financeiro modificaram as bases sobre quais os interesses dos trabalhadores eram expressos, o que erodia a força do sindicalismo como forma de representação dessas reivindicações e a concepção de partidos políticos como veículos de expressão da clivagem entre trabalho e capital; bem como iii) a “ordenação estável das preferências dos eleitores”, antes desempenhadas pelos partidos políticos, compreendidos como esfera de reunião de propostas afins para expressão mais enfática delas no debate político, foi substituída por veículos de comunicação, que abreviam o contato entre os eleitores e os políticos (LAVALLE; ARAÚJO, 2006, p. 9).

A modificação dos parâmetros que informavam os mecanismos tradicionais de representação revela, também, que a ampliação da participação de novos atores próximos aos centros de decisão, especialmente no Poder Executivo, evidencia o interesse de segmentos da população em influenciar o processo de deliberação, o que, por via transversa, denuncia a possibilidade de constituir-se uma sociedade progressivamente fragmentada, cuja identificação das ações que promovam o bem comum seja cada vez mais difícil. A agregação de interesses, por vezes transitórios, escapa à estrutura burocrática das instituições políticas historicamente

consolidadas e, por conseguinte, cria vias alternativas ao governo e ao parlamento como espaços apropriados à reivindicação de propostas políticas (CAMPILONGO, 1988, p. 52-53).

O desenvolvimento da tecnologia da informação, especialmente pelo avanço da internet, é fator que nutre esse debate sob uma nova ótica, graças à possibilidade de os cidadãos externarem de forma imediata sua reprovação ou adesão às políticas adotadas, bem como por permitir que eles estabeleçam laços com pessoas que adotem posições afins, conferindo maior poder de influência nas deliberações que venham a ser adotadas. As mídias tradicionais – televisão, rádio e imprensa –, por demandarem estruturas custosas e ocasionalmente terem seu funcionamento dependente da concessão de licenças, podem ser mais suscetíveis a influências de grupos políticos e econômicos dominantes, o que poderia cercar o surgimento de posições contrastantes àquelas aceitas por eles. A maior dificuldade de serem estabelecidos meios de inibição do debate ou da propagação de opiniões opositoras na internet é dado que não pode ser ignorado na reflexão sobre a democracia representativa no século XXI, especialmente quando se pretender estudar a luta contemporânea contra regimes autocráticos e a organização de manifestações populares nos canais disponíveis pela rede mundial de computadores. Todavia, se a liberdade de expressão é ampliada, disso não decorre o estabelecimento de um diálogo mais aberto entre posicionamentos divergentes, especialmente se confirmada a hipótese elaborada por estudiosos da comunicação (WILHELM, 2000, p. 11) quanto ao uso da internet para a propagação e o reforço de posicionamentos já adotados pelos cidadãos, que não veriam a disponibilidade de distintas fontes de informação como meio idôneo à reflexão e à revisão de suas opiniões prévias.

O avanço de meios alternativos de expressão da vontade política denota, portanto, o interesse de a sociedade civil participar mais ativamente do processo decisório a par das instituições tradicionais de representação. O anseio pela “democratização da democracia” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006, p. 76), ainda que externe a sua consolidação como via adequada para a exposição de reivindicações políticas divergentes, acentua a insuficiência dos mecanismos ordinários de representação, pois abrangeria propostas de participação direta nas instâncias de deliberação, o que, em uma primeira leitura, indicaria o esgotamento de instrumentos pensados para evitar-se os riscos da deturpação do princípio majoritário, como ocorreu na concepção da representação proporcional, vista como recurso para impedir a supressão das minorias nos embates legislativos (LOEWENSTEIN, 1986, p. 340).

Organizações não governamentais para o controle do exercício do poder, fiscalização da administração pública e associações civis para a

reunião de interesses coincidentes revelam o intuito de segmentos da sociedade em abordar temas deficientemente tratados nos âmbitos corriqueiros da representação política, seja por terem traço acentuado de especificidade, conformarem propostas de minorias ou grupos incapazes de bem articular seus interesses junto às instituições políticas pouco suscetíveis a essas reivindicações, ou exprimirem problemas emergentes ainda ignorados pelos representantes políticos. Entretanto, o resultado positivo dessas iniciativas, cada vez mais vigorosas no início do século XXI, não deve obscurecer alguns desvios encontrados se observado que a defesa de interesses particulares pode ser instrumento prejudicial à persecução do bem público, especialmente se a capacidade de influência, em matérias que não cinjam o debate relacionado a direitos fundamentais, possa sobrepor-se ao posicionamento adotado pela maioria dos eleitores, bloqueando-se a possibilidade de alteração de um *status quo* e concedendo tratamento privilegiado a um pequeno grupo, por permitir que detenham influência maior do que aquela conferida à maioria dos votantes. A perspectiva deletéria é enfatizada se grupos de pressão estiverem imunes a qualquer tipo de controle e tenderem à reprodução da “desigualdade de acesso ao sistema político”, caso constatado que os seus debates são centrados na defesa de propostas que os privilegiem exclusivamente (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006, p. 75).

2. A democracia representativa ainda será relevante no século XXI?

O avanço tecnológico das comunicações, a emergência de novos problemas sociais e o surgimento de novas formas de organização de segmentos da sociedade civil não são, no início do século XXI, fatores suficientemente fortes para

infirmar a democracia representativa. De fato, a dispersão dos centros de decisão políticas e o enfraquecimento dos partidos políticos, como espaços de intermediação imprescindível entre eleitor e representante, lançam uma nova reflexão sobre os procedimentos a serem empregados para que a democracia representativa se dê em bases efetivas. No entanto, a crítica que lhe é feita para advogar a prevalência da democracia direta não afasta os argumentos contrários à sua realização prática e aos resultados que podem dela advir. O acesso mais rápido às opiniões e vontades do eleitor, graças ao desenvolvimento da internet e dos meios de comunicação de massa, não supera a constatação de que a igualdade política não conduz a uma inequívoca igualdade de influência (YOUNG, 2006, p. 145). Dada a diferença entre a capacidade retórica dos cidadãos, a representação formal melhor promoveria a igualdade política dos cidadãos, pois, nessa hipótese, são estabelecidas regras públicas sobre como a representação se opera e como os representantes podem ser responsabilizados.

A defesa da democracia representativa é, porém, feita com novo vigor quando Nadia Urbinati a destaca da mera função de representação pontual do eleitor nos debates políticos e a transpõe para uma concepção circular e perene desse processo entre instituições e sociedade. A representação política não estabeleceria um diálogo entre o representante e o representado restrito aos debates eleitorais, mas uma relação dinâmica, por meio da qual os cidadãos tornam “o social político” e conferem maior importância ao “processo de autorização” em contraposição ao “ato de autorização” (URBINATI, 2006, p. 203). Esse dinamismo ininterrupto, baseado na comunicação entre representante e representado, torna evidente que o voto, na democracia representativa, não é apenas a manifestação de uma preferência insulada e discreta, tal como poderia ser observado na democracia direta,

mas a consolidação de uma opinião amadurecida ao longo de uma linha histórica, baseada na responsividade e na congruência de propostas (URBINATI, 2006, p. 211).

Entretanto, a verificação dessas condições não deve ignorar que as dificuldades enfrentadas pela democracia não têm origem exclusiva na mudança da conjuntura econômica ou nos novos parâmetros das relações de trabalho. As críticas feitas, em grande medida, radicam em deficiências internas presentes no processo de tomada de decisão política em países com estruturas administrativas complexas e, principalmente, na percepção de que, por vezes, os representantes políticos agem de forma dissociada da perseguição do interesse da coletividade para a realização de propósitos pessoais, que não se exaurem na recondução a um novo mandato, mas que são conformados pelas pressões de grupos mais bem articulados e que podem, de forma mais contundente, ver acatados seus posicionamentos a respeito de matérias tratadas pelo Poder Público.

Diante desse quadro, a pergunta inicialmente feita sobre a relevância da internet para o processo democrático é retomada. Os recursos disponíveis na internet são muitos e diariamente novos programas são desenvolvidos para fazer com que o uso da rede mundial de computadores seja mais frequente e presente em nosso cotidiano. Por permear os ambientes do trabalho, da morada e, progressivamente, da intimidade, a internet é vista como motor de um avanço tecnológico que traz elemento novo nas relações sociais e humanas. A preocupação em descobrir um denominador comum a essas alterações é, porém, um empecilho para uma avaliação mais eficiente, por meio da qual a evolução digital não seja identificada exclusivamente como um marco, que exija o desenvolvimento de uma nova teoria, mas como ponto a partir do qual as características das relações humanas

e sociais ganhem novos traços de destaque, em detrimento de outros aspectos cuja relevância se perde (BALKIN, 2004, p. 2).

Jack M. Balkin, em ensaio sobre a revolução digital e a cultura democrática, identifica quatro fatores importantes que influenciam o modo como essas novas formas de distribuição, armazenamento e produção de informação modificam as práticas da liberdade de expressão: redução de custos, que permite a um grande número de pessoas transmitir e publicar suas opiniões de forma barata e ampla; acesso a uma estrutura para informação ilimitada, o que antes era apenas possível para grandes empresas comerciais; diminuição dos custos de transmissão e distribuição de informação devido à criação de um padrão comum de armazenamento e codificação; e democratização dos discursos, uma vez que as tecnologias de distribuição e transmissão são postas à disposição de um número crescente de pessoas e segmentos sociais (BALKIN, 2004, p. 6-8). A reunião desses elementos revela que a rede mundial de computadores oferta aos seus usuários instrumentos para difusão de opiniões, informações e dados que antes eram escassos e pouco conhecidos, especialmente por que, em regra, a extensão do público receptor dessas mensagens era proporcional aos gastos arcados com a manutenção de estrutura dispendiosa, restrita a poucos.

A possibilidade de os receptores da comunicação serem agentes efetivos da difusão não mediada dessas mensagens eliminaria a necessidade de intermediação feita por grandes veículos de massa para que o conteúdo dela se expandisse para além de limites geográficos e culturais restritos, o que enfraqueceria o poder que os canais tradicionais de comunicação de massa têm de selecionar o que deve ser transmitido e, por conseguinte, de cercar a possibilidade de acesso a novas discussões ou de influência do público na definição do que deva

ser informado². A expectativa de maior interação, por meio da abertura de um novo fórum ampliado de discussão, fomenta múltiplas possibilidades de uma experiência política democrática mais próxima aos eleitores e, por conseguinte, mais responsiva e permeável às suas decisões, deixando entrever a construção de uma sociedade mais engajada, que poderia produzir melhores resultados no processo de tomada de decisões. A conclusão, de início plausível, requer uma reflexão mais atenta.

A visão otimista sobre a colaboração da internet para o incremento do processo democrático pressupõe que os obstáculos atuais podem ser por ela superados, sem que se questione se os novos instrumentos disponíveis pela rede mundial de computadores apenas reproduzirão as formas de funcionamento das práticas políticas atuais ou se eles são capazes de modificar as formas de atuação e os fundamentos sobre os quais se assenta a democracia representativa. O exame a ser feito contém em si a discussão sobre se os novos recursos relacionados à maior facilidade para transmissão de mensagens, com menores despesas, são capazes de modificar o poder de interferência dos cidadãos no processo de tomada de decisões políticas ou se a criação de uma mídia mais acessível à interação entre os receptores e os emissores de mensagens apenas reproduzirá as práticas já existentes no convívio político.

A indagação não se coloca de modo isolado na análise que seja feita sobre a influência das inovações tecnológicas sobre a democracia, especialmente por revelar que uma maior responsividade dos representantes para com os eleitores ou um nível mais elevado de participação popular em decisões políticas pode denotar um índice falho de aferição da qualidade do exercício da cidadania, se este é feito de maneira alheia a discussões de ideias conflitantes ou pouco suscetível a posições divergentes. Nesse cenário, o uso da internet seria feito para reforço de pré-compreensões já formadas e a busca de informações seria direcionada para esse intuito, o que tornaria pouco provável a utilização da internet como arena de discussão entre ideias opostas.

Essa situação é agravada se considerado que o armazenamento de informações pessoais a respeito do usuário da internet pode ser feito sem o seu explícito consentimento. A internet, originalmente, diferenciava-se de outros meios de comunicação por estabelecer nova relação entre o transmissor e o receptor da informação. Nos veículos convencionais, o transmissor definia unilateralmente o seu conteúdo; entretanto, no ambiente digital, o receptor pode fornecer critérios para que sejam filtradas

² Stephen Coleman vale-se da metáfora do megafone, como objeto de transmissão dedicado a uma narrativa monológica para uma audiência não interativa (COLEMAN, 2005, p. 180).

e selecionadas as informações que tendem a interessá-lo mais, razão por que se cogitou que a inteligência na definição do dado veiculado poderia ser repartida entre o transmissor e o receptor (NEGROPONTE, 1995, p. 25). Contudo, a facilidade na identificação das preferências do usuário da internet, mediante a preservação dos dados inseridos em suas pesquisas ou visitas anteriores a sítios eletrônicos, tornam as buscas futuras direcionadas à confirmação dos padrões já lançados anteriormente. Assim, se as notícias em destaque na página inicial do servidor de acesso ou a publicidade veiculada se aproximam do perfil construído a partir dos dados previamente incluídos pelo usuário, também os resultados das pesquisas feitas em sítios de busca revelarão resultados afins às seleções já conhecidas pelo programa. A leitura dos termos relacionados nas políticas de privacidade de sítios de busca³ confirmam essa afirmação, com base na qual é possível concluir que dois usuários da internet obterão resultados distintos, ainda que insiram os mesmos parâmetros para pesquisa, se eles já tiverem externado – ao informarem dados para criação de e-mails ou nas pesquisas que fizeram anteriormente em um mesmo computador – dados que indiquem como se comportam, quais são seus gostos e o que preferem.

Dessa forma, entendem-se os desdobramentos da disponibilidade desses dados a empresas e organizações políticas que podem, tal como feito na publicidade, direcionar propaganda ou o resultado de buscas em ferramentas de pesquisa que se amolde com o perfil das preferências já explicitadas. A constatação de que, mesmo

³ A preservação desses dados está, por exemplo, associada ao IP (*Internet Protocol*), código usado para recepção das informações acessadas em buscas na internet, ou a um *cookie* (pequena quantidade de dados armazenada em um computador para identificar o navegador durante a interação em sítios eletrônicos). O manejo dessas informações é explicitado na política de privacidade do Google.

nas hipóteses nas quais o usuário procure informações genéricas, haja a apresentação de resultados afins aos seus acessos anteriores na internet faz com que o diálogo digital seja restrito a partidários de posições comuns e pouco suscetível à procura de consenso entre cidadãos com convicções políticas divergentes⁴.

Os dois campos de discussão abertos pelas perguntas lançadas para a confirmação da hipótese inicialmente elaborada dão ensejo a uma vasta possibilidade de pesquisas empíricas que analisem os dados revelados pelos usuários da internet, a influência deles nas eleições e nas posições assumidas por políticos em debates controversos. Porém, os limites do presente artigo são estreitos e, portanto, a partir de pesquisas já efetuadas, serão feitos cortes para dar suporte às conclusões finais. Nesse sentido, para aferir se a internet apenas reflete o ambiente político externo à esfera digital, é importante saber se os usuários mais frequentes da rede mundial de computadores em visitas a sítios eletrônicos, blogs ou grupos de discussão de temática política têm o mesmo perfil dos eleitores mais ativos fora desses fóruns. Uma perspectiva útil será observar se nas eleições para Presidente da República no Brasil, realizadas em 2010,

⁴ “*With new media, both political and commercial organizations conduct surveillance of citizen opinion on public policy questions. Even though individuals’ identities and opinions are bought and sold in the open electronic marketplace, the technologies that allow indirect inference about opinions make it less necessary for political organizations to attend to freely voiced views. Customizing political and commercial messages is an old marketing trick, but the degree of tailoring possible with new media is so much more powerful that political information today is a significantly different product. / Customizing political messages to the degree possible with new media reduces the quality and quantity of shared text in the public sphere, restricting our future supplies of political information based on assumptions about the opinions and identities of our past. Increasingly, an important part of our political participation occurs somewhat beyond our control, co-opted into a highly privatized and often covert sphere, one that trades, channels, and filters our political information, thus denying a forum for its direct, free, and deliberate debate*” (HOWARD, 2005, p. 167-168).

as pesquisas de opinião revelavam resultados semelhantes ou de iguais tendências aos posicionamentos indicados por medidores de visitas ou mecanismos de pesquisa da rede mundial de computadores.

Por outro lado, para avaliar se a internet enseja a possibilidade de uma discussão política mais ampla, pretendo analisar se os visitantes de sítios eletrônicos ou blogs dedicados a assuntos políticos que estejam diretamente vinculados a determinadas posições são mais visitados por partidários de iguais ideias. Com isso, também se procurará saber se a característica mais saliente do debate político travado na internet é a aglutinação de opiniões já convergentes ou o aprofundamento de discussões em cenários mais suscetíveis à apresentação de posicionamentos opostos.

3. A internet e os seus usuários

A disponibilidade de novos recursos tecnológicos diminuiu os custos para transmissão de informações, quando comparados com os gastos despendidos pelos grandes veículos de comunicação de massa. Contudo, o acesso à internet e a aquisição de computadores abarcam custos que, embora estejam em declínio, são superiores às despesas usuais de manutenção pessoal, o que poderia evidenciar, ao menos no estágio atual, que o uso da internet possa reproduzir a proporção de distribuição de riqueza em um determinado país e acarretar uma desigual capacidade de influência no exercício do poder político se estabelecida a relação de que a internet é capaz de influenciá-lo e pessoas com maior poder aquisitivo são os seus maiores usuários.

Além da renda, o uso da internet requer conhecimentos de informática e a habitualidade com códigos de comunicação que são novos e, por conseguinte, poderiam inibir pessoas acostumadas com formas mais tradicionais

de linguagem a se animarem a aprender essas novas habilidades. A pouca familiaridade com as ferramentas de acesso à rede, que são atualizadas em rápida velocidade, é elemento que, a princípio, pode fazer com que a faixa etária dos usuários seja distinta do perfil dos eleitores, tornando a internet um ambiente onde a difusão dos posicionamentos dos eleitores mais jovens seja mais evidente. Entretanto, o emprego de novos códigos de comunicação não é totalmente dissociado das práticas discursivas encontradas nos debates que se travam fora do ambiente digital. As competências referentes à redação e à capacidade de articulação de ideias são tão importantes nos discursos veiculados nos meios tradicionais de mídia como nas discussões realizadas em grupos, blogs e sítios eletrônicos. A despeito da simplificação da linguagem usada geralmente na produção dos textos publicados na internet, a escrita – mais do que o áudio ou o vídeo – é ainda a principal forma de comunicação utilizada, o que tornaria plausível supor que as pessoas com mais anos de frequência escolar teriam melhor domínio dessa competência e, por conseguinte, teriam maior capacidade de influência nas discussões em que a linguagem escrita seja empregada, tais como aquelas realizadas, em maior proporção, na mídia digital.

A rapidez na difusão da informação e a facilidade na obtenção de dados para pesquisa demonstram a importância da disponibilidade de tempo para o engajamento político. A mobilização popular em torno da defesa de uma proposta, a reunião de eleitores com posicionamentos afins, a identificação dos melhores canais para a transmissão de opiniões e a definição de estratégias a fim de que a proposta possa ser incluída em deliberação pelas instituições políticas demandam tempo, recurso cada vez mais escasso nas sociedades contemporâneas. A distribuição de tempo em atividades diárias

não segue um padrão uniforme, caso a renda e o nível de escolaridade sejam usados como elementos de diferenciação. Porém, essa dificuldade não impede que a internet seja um instrumento facilitador de mobilização política e, abstratamente, seja factível supor que eleitores com menor disponibilidade de tempo – em confronto com a fração despendida em trabalho, deslocamento e atividades domésticas – usem-na com maior intensidade quando comparados com os que já se valem dos veículos tradicionais para engajamento político.

Samuel J. Best e Brian S. Krueger consideraram alguns desses elementos na apresentação de pesquisa feita pela Universidade de Connecticut em 2003 com residentes norte-americanos. Entre 1.003 participantes, escolhidos de forma aleatória por contato telefônico, foi aferido o nível de participação política mediante respostas positivas a um conjunto de questões, as quais indicaram que 14% dos entrevistados já usaram a internet para contato com um representante eleito, um administrador público ou candidato a cargo político, para expressar sua opinião sobre uma questão local, nacional ou internacional; 11% já assinaram petição ou abaixo-assinado sobre uma questão local, nacional ou internacional; e 9% já haviam utilizado a internet para persuadir alguém sobre a sua visão a respeito de uma questão política local, nacional ou internacional (BEST; KRUEGER, 2005, p. 189-190). Da análise dos dados, Best e Krueger (2005) concluíram que o acesso a internet em domicílio e conexões mais ágeis não são elementos que por si promovem uma maior atividade política, o que se justificava pelo fato de que muitos programas de internet não requerem velocidade alta para operação já considerando que muitos usuários não dispõem de conexões de alta velocidade.

A variável que mais influencia o nível de participação é a habilidade no uso das ferramen-

tas da rede mundial de computadores, o que se mostrou mais relevante do que habilidades cívicas tradicionais e a disponibilidade de tempo livre. As habilidades no uso da internet são destacadas mesmo quando feita a comparação entre gêneros, pois ainda que o maior número de usuários que se envolvem na internet para a mobilização política seja de homens, essa distribuição se inverte quando analisados exclusivamente grupos com elevada competência no manejo dessa tecnologia, contexto em que o número de mulheres é um pouco maior. A pesquisa realizada também revelou resultados importantes quando confrontada a participação por etnia e idade: brancos e, principalmente, jovens usam mais frequentemente a internet como instrumento de engajamento político.

Best e Krueger (2005) observam que uma das mais importantes correlações a serem feitas ocorre se comparados os fatores mais proeminentes de participação pela internet e nos veículos tradicionais. Embora identificada a competência para a utilização dos recursos de informática e as habilidades escritas e verbais de expressão associadas à participação cívica como as variáveis mais notáveis entre os mobilizados políticos, respectivamente, na internet e nos meios tradicionais, constatou-se uma associação positiva entre ambos os grupos, encontrando-se entre os mais competentes no uso da internet aqueles que já reúnem as maiores habilidades para lidar com os meios tradicionais de engajamento, havendo somente uma variável tão relevante se observada a faixa etária como elemento isolado para a aferição de participação política pela internet⁵.

⁵ “Because the civic skills most powerfully predict offline participation and Internet skills most powerfully predict online participation, their relationship and their comparative distribution in the population most crucially determines whether a changed pattern of participation exists. The correlation ($r=.32$) between civic and Internet skills demonstrates that those with high level of civic skills also tend to possess

As conclusões dessa pesquisa foram, em sua quase totalidade, reiteradas em apurações mais recentes. Com apoio nas respostas dadas por 10.000 pessoas nos Países Baixos, com idade entre 16 e 24 anos, ao questionário elaborado pela Escola de Pesquisa de Comunicação de Amsterdam, Tom P. Bakker e Cales H. de Vreese (2011, p. 463) afirmam que o uso da internet é um substancial indício de novas formas de participação política, havendo, porém, forte correlação entre o engajamento digital e aquele feito por meios tradicionais. Kay Lehman Scholzman, Sideny Verba e Herny E. Brady (2010, p. 499) constataram, a partir de dados reunidos em 2008 por *Pew Internet and American Life Project*, que as mudanças promovidas pela internet, no envolvimento ou na interação de cidadãos com os políticos, são mais experimentadas pelos eleitores, cujas características já predizem uma maior participação fora do ambiente digital. Assim, ressalvada a questão etária, o acesso e o uso da internet para fins políticos aumentam nos estratos socioeconômicos mais elevados, o que pode levar a uma replicação – ou mesmo exacerbação – dos efeitos das desigualdades políticas já existentes (SCHOLZMAN; VERBA; BRADY, 2010, p. 489). Nas gerações mais novas, a internet e as redes sociais nela criadas, como o *Facebook*, ajustam-se mais apropriadamente às preferências por formas de participação baseadas em relações informais e não-hierárquicas que, assim, evitam intermediários políticos tradicionais como os partidos e os grupos de interesse.

Entretanto, Scholzman, Verba e Brady (2010) ressaltam que o conteúdo das páginas mantidas por políticos no *Facebook* busca estabelecer elos de afinidade com os eleitores que não externam uma forma de contato político geralmente associado aos modos convencionais de aproximação. A troca de mensagens de elogio ou reprovação, de manifestação de preferências comuns, torna as redes sociais um ambiente onde os apoiadores são transformados em “amigos” ou “fãs” ligados eletronicamente, o que dificilmente se amolda a um conceito de participação política baseado numa atividade organizada para influenciar a ação do governo na concepção e implantação de políticas públicas, ou na seleção das pessoas responsáveis pela criação e gestão delas. Para eles, uma rede social, como o *Facebook*,

high levels of Internet skills. Those who possess important determinant of online participation also tend to possess the most important determinant of offline participation. Even so, this relationship should not be overstated. Knowing the civic skill level of individuals, only explains about 10% of these individuals' Internet skill level ($r^2 = 1.02$); alternatively considered, 30,4% of those with zero civic skills possess two or more Internet skills. Not surprisingly, given their positive correlation, Internet skills and civic skills show a similar pattern of association of SES backgrounds disproportionately possess both Internet and civic skills. And most of the associations compare closely, the correlation coefficients for income, education, gender, race, and community size each differ by less than .10. age acts as the lone exception; age shows a greater negative association with Internet skills ($r = -.30$) compared to civic skills ($r = -1.4$)” (BEST; KRUEGER, 2005, p. 189).

aproxima-se mais de um fórum de debate do que um instrumento posto à disposição de um esforço político organizado, destacando que os grupos políticos na internet são formados em função das semelhanças de interesses de seus membros e não para a realização de uma ação política conjunta (SCHOLZMAN; VERBA; BRADY, 2010, p. 501).

Mais: as ferramentas disponíveis em redes sociais, especialmente o *Facebook*, permitem que o usuário seja associado ou receba material ligado a uma corrente política sem que tenha sinceramente aderido às suas reivindicações. Amigos digitais podem publicar de forma automática fotos ou imagens que são divulgadas nas páginas daqueles com quem se relacionam, ou usuários podem ser considerados partidários de ideias congruentes a partir de associações comuns involuntariamente feitas, tornando pouco preciso saber quais são os posicionamentos políticos realmente acatados pelos frequentadores do ambiente digital (DORIA, 2012).

No Brasil, pesquisas realizadas pelo Instituto IBOPE Inteligência revelam que, em 2008, a internet estava atrás da televisão, do rádio e do jornal como a fonte de informação mais importante na decisão de voto nas eleições municipais realizadas naquele ano (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 3). Em 2010, ano de eleições para Presidente da República, Governadores Estaduais, membros do Congresso Nacional e de Assembleias Legislativas, a internet tornou-se a segunda principal fonte de informação na decisão de voto, somente sendo superada pela televisão (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 4). Em 2008 e 2010, repetiu-se, porém, um padrão: o grupo dos eleitores que apontava a internet como mais importante recurso para obtenção de informações na decisão de voto era composto, principalmente, por jovens (16 a 24 anos), com maior escolaridade (nível superior) e renda familiar mais alta (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 3-4).

Os dados extraídos da pesquisa do cenário brasileiro em outubro 2010 tendem a confirmar que, comparados os eleitores em geral e aqueles que acessam a internet diariamente, as maiores diferenças são observadas na idade (32% dos eleitores usuários têm entre 16 e 24 anos; faixa etária correspondente a 20% dos eleitores), grau de escolaridade (47% dos eleitores usuários completaram o ensino médio, ao passo que somente 35% dos eleitores o completaram) e renda familiar (25% dos eleitores usuários têm renda familiar de até 2 salários mínimos; não obstante, 47% dos eleitores têm essa renda) (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 9). Acresça-se que os eleitores que acessam a internet diariamente, utilizam redes sociais ou mantêm páginas pessoais são mais comuns nos grandes centros urbanos, com população acima de 100 mil habitantes, encontrados em todas as grandes regiões do país (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 10).

Os resultados obtidos indicam que a internet tende a reproduzir as incongruências do cenário de participação política convencional e, com

exceção da maior atividade de jovens, é possível afirmar que os eleitores mais ativos politicamente são aqueles que integram os grupos que com mais frequência se envolvem em discussões e mobilizações em partidos políticos, associações civis e nos Poderes Executivo e Legislativo. Contudo, essa constatação não autoriza dizer que as discussões travadas na internet sejam o reflexo dos debates realizados no conjunto do processo eleitoral, o que se pode afirmar graças à diferença da composição dos eleitores frequentadores do ambiente digital. Exemplo importante foi dado nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, em que a candidata Marina Silva, terceira colocada, obteve intenção de voto entre os eleitores, que acessam a internet diariamente, superior em 4 a 8 pontos percentuais àquela encontrada em pesquisas de opinião pública. A disparidade também foi observada entre os dois candidatos mais votados, uma vez que Dilma Roussef e José Serra se mantiveram empatados até meados de agosto e a vantagem ao final obtida pela candidata eleita foi menor entre os eleitores usuários da internet, quando confrontado o resultado final, sendo significativo que, entre os eleitores que acessam a internet diariamente, o candidato José Serra se manteve à frente na maior parte do segundo turno, somente decaindo de posição no último levantamento realizado em 28 de outubro (RESENDE; CHAGAS, 2011, p. 14-15).

A possibilidade de distinção das formas convencionais de mobilização política ocorreria, principalmente, se o engajamento de usuários jovens ou grupos sociais, cujas reivindicações encontrem pouca repercussão política, puder levar à internet discussões que não encontrem espaço nos veículos tradicionais de mídia ou não sejam examinadas com a merecida ênfase nas instituições políticas estatais. Essa cogitação não é estranha a mobilizações populares recentes organizadas em redes sociais, nas quais a população de jovens, mais afetados pela elevação do índice de desemprego, de países europeus e dos Estados Unidos têm ocupado espaços públicos para protestos contra a situação de crise econômica, vendo-se, também, na África do Norte e da Ásia a insurgência do povo contra regimes não democráticos⁶.

A internet, por tender a reproduzir as distorções do ambiente de discussão política tradicional, não seria, por si, bastante para provocar

⁶ No texto, não pretendo analisar as complexidades que envolvem as manifestações populares nos Estados Unidos, Europa e Ásia organizadas pela internet. A existência de motivações distintas parece-me ser dado suficiente para não enquadrá-las numa única classificação. No entanto, o uso da internet é fator que evidencia a possibilidade de a mobilização popular prescindir de uma liderança política central. Nesse sentido, Michael Hardt e Antonio Negri (2011) veem, nas revoltas árabes, um aspecto já detectado em protestos ocorridos em Seattle e Gênova contra as políticas comerciais da globalização, qual seja, a possibilidade de a multidão organizar-se de forma autônoma, de sorte que as redes sociais como o *Facebook*, o *YouTube* e o *Twitter* seriam sintomas e não causas dessa estrutura organizacional.

a superação do modelo da democracia representativa. A possibilidade de maior interação entre eleitores e políticos é mecanismo que favorece a responsividade, mas não faz com que os representantes estejam mais atentos a um conjunto maior de reivindicações se mantido o perfil de atividade política constatada nos ambientes tradicionais de engajamento e mobilização. Além disso, a capacidade retórica desigual entre os eleitores – agora também conformada pelo conhecimento das ferramentas e recursos tecnológicos – persiste com um novo realce, razão por que não são eliminados os fatores que tornam a democracia representativa uma alternativa melhor às deficiências encontradas na prática da democracia direta.

4. Internet e cidadania

A facilidade na difusão de informação e a possibilidade de um maior número de agentes contribuírem para a formação das ideias debatidas na internet se deparam com as dificuldades naturais na construção de uma audiência propensa a ouvir e discutir posições políticas distintas (MARATEA, 2008, p. 140; BALKIN, 2004, p. 7). A exigência de que o exercício do poder em uma democracia deixe aberta a possibilidade de alternância entre partidos e lideranças políticas (SCHMITT, 2006, p. 94) pressupõe que os eleitores possam, preservados os direitos fundamentais e as garantias constitucionais, expor convicções divergentes, admitir a existência de posições contrárias e a aceitar a hipótese de que o livre debate seja capaz de trazer uma reflexão aprimorada e mais detida das questões nele suscitadas. Atendidos esses requisitos, tem-se que uma melhor prática da democracia está atrelada a um exercício atento dos direitos políticos e a uma cidadania mais vigilante e responsável.

Assim, se a pluralidade de ideias e posições políticas é desejável, torna-se importante que a discussão de tais posicionamentos seja permeável a novas visões e aberta aos seus opositores. A internet é um dos meios mais propícios à manutenção dessa diversidade pelos motivos já expostos, relacionados ao baixo custo de transmissão de informação e à redução das limitações geográficas e culturais à comunicação. No entanto, se o acesso à rede mundial de computadores for realizado apenas para reite- rar preconceitos já formados nos espaços convencionais de mobilização política, a contribuição que ela poderá dar será reduzida e ínfimo será o ganho na concepção de um modelo alternativo à democracia represen- tativa. Nesse ponto, a advertência de Cass Sunstein (2007, p. 13) ganha completa pertinência: o apego ao interesse individual exclusivo gera o risco comum a qualquer situação em que milhares ou milhões de pessoas estão apenas ouvindo os ecos estridentes de suas próprias vozes.

Essa conclusão será confirmada ainda que a internet se torne o principal veículo difusor das informações das quais os eleitores se valem para decidir seu voto, pois a maior disponibilidade de dados acrescentará pouco se o usuário da rede mundial de computadores estiver sempre voltado à busca da confirmação de convicções já estabelecidas ou se, involuntariamente, o resultado de suas pesquisas levem à reiteração de opções já externadas nos acessos que já fizera eletronicamente.

Uma das formas de aferição do modo de intervenção individual dos eleitores no debate político digital se dá quando analisado o conteúdo de suas manifestações públicas. Anthony G. Wilhelm, em pesquisa realizada a partir de dados extraídos de fóruns políticos da *Usenet*, afirma que blogs, comunidades e páginas eletrônicas voltadas a discussões de assuntos políticos são fóruns de discussão entre pessoas com igual posicionamento, que debatem suas opiniões em nível raso de profundidade e raramente conseguem estabelecer um processo de deliberação bem sucedido (WILHELM, 2000, p. 11). Na comparação com outras mídias, a criticada superficialidade das discussões que são travadas na internet justifica-se, pois uma de suas qualidades mais salientes é a agilidade na transmissão de informações, o que, para fazer frente à televisão, aos jornais e ao rádio, presume a transmissão imediata da notícia, exigindo uma atualização constante que, por vezes, compromete uma investigação mais detida. Soma-se a isso a observação de que um dos recursos mais populares de divulgação de mensagens pela internet – o *Twitter* – admite o envio de texto que contenha no máximo 140 caracteres, sendo pouco provável que todos os contornos de uma questão complexa possam ser abordados em espaço tão estreito de expressão (MARATEA, 2008, p. 142).

Os recursos disponíveis na internet para provocar novos debates e trazer à luz questões ignoradas na pauta de grandes veículos de comunicação de massa já seriam, por si, dado significativo para que ela fosse considerada um novo elemento de interferência na conformação do debate político. No entanto, parte da possibilidade de contribuição é limitada se a recepção de novas discussões reflete uma limitação oriunda de uma hierarquia implícita de relevância entre páginas pessoais, blogs ou comunidades, por meio da qual as instituições estatais e os políticos estão mais atentos àqueles que tenham maior número de acesso ou já tenham alcançado maior respaldo entre os canais tradicionais de mídia.

Os blogs políticos, tidos como fóruns do “jornalismo cívico” (MARATEA, 2008, p. 142), refletiriam esse cenário à medida que poucos, ainda que identificados com orientações partidárias marcantes, são capazes de transmitir conteúdo originalmente produzido por seus administradores e obter atenção dos grandes veículos de mídia. A capacidade de congregare eleitores interessados em torno de uma mesma reivindicação

política torna os blogs e as comunidades de usuários de internet importantes meios para mobilização e engajamento, especialmente pela facilidade de comunicação entre indivíduos dispersos espacialmente. Entretanto, o perfil dos usuários desses recursos não indica uma participação preponderante de minorias ou grupos cujo acesso aos centros de decisão política possa ser considerado restrito, sendo exemplificativo, nos Estados Unidos, a constatação de que a maior audiência de blogs é formada por homens brancos, educados, usuários habituais da internet e com renda superior à média (MARRATEA, 2008, p. 146; WEBER; LOUMAKIS; BERGMAN, 2003, p. 37).

Além disso, as promissoras possibilidades de interação entre representantes e eleitores por meio de um canal de interação diuturno, capaz de promover maior responsividade e controle pelos cidadãos (COLEMAN, 2005, p. 189-190), parecem ainda frágeis se considerado que a busca pela comunicação em novas tecnologias é feita como subterfúgio a limitações encontradas em veículos tradicionais de mídia. Em muitas ocasiões, a possibilidade de debate com os representantes é escassa, e nelas predominam a intenção de obter legitimidade às suas ações prévias e a divulgação de campanhas para novos mandatos, sendo ainda rarefeita a discussão sobre projetos de leis ou a atuação do parlamentar na implantação das propostas apresentadas em eleição.

Conclusões

A velocidade nas mudanças tecnológicas a partir da segunda metade do século XX poderia tornar provisória qualquer afirmação que seja feita sobre a influência da internet sobre o exercício do poder político. Todavia, analisados os dados sobre os usuários da internet e as formas atuais de sua utilização para discussões

políticas, é possível afirmar que a internet não torna desnecessária a representação para o exercício da democracia nas sociedades contemporâneas.

A internet não é um substitutivo da representação formal para promoção da democracia direta, pois os usuários da rede mundial de computadores não reúnem a totalidade dos eleitores e as características daqueles usuários mais engajados em debates políticos na internet não diferem, no que toca à renda e ao nível de escolaridade, dos eleitores com maior capacidade de mobilização e pressão junto ao Parlamento e à Administração Pública. Essa conclusão não se contrapõe à constatação de que a internet é um veículo que facilita a articulação de minorias e de grupos que tenham sua participação política cerceada, porque ela permite a aglutinação de partidários de ideias afins que teriam dificuldade de reunir-se se não superadas barreiras geográficas ou culturais. Os resultados das pesquisas mencionadas apenas sustentam que a maior parte dos usuários da internet interessados em discussões políticas tem as mesmas características dos cidadãos que já eram mais engajados nas esferas tradicionais de discussão. O traço mais distintivo, quando comparadas a mobilização tradicional e a por via digital, verifica-se quando analisada a participação de jovens, por onde entrevejo a maior possibilidade de a internet oferecer uma alternativa à participação de grupos que não encontrem repercussão de suas reivindicações nas instituições políticas estatais.

Se a internet permite o maior contato dos representantes com seus eleitores, essa responsividade reproduz a desigualdade de influência dos grupos que tenham maior capacidade de articulação por via eletrônica, o que tende a evidenciar um sintoma do exercício da cidadania menos aprofundado. A pluralidade de fontes de informação e a facilidade na difusão

de dados e opiniões fazem com que a internet traga ao debate político questões que talvez não fossem discutidas no Parlamento ou no Poder Executivo, por não encontrarem ressonância entre lideranças e partidos políticos. Porém, se um maior número de reivindicações pode ser lançado na internet, as formas mais frequentes de interação entre os usuários impedem que nela se obtenham as respostas que melhor solucionarão os problemas expostos ou que terão mais chances de obter adesão no processo de deliberação majoritária.

Com isso, pretendo afirmar que a maior propensão de os usuários se valerem da internet para a busca de posições, que confirmem suas pré-convicções, frustra a possibilidade de a rede mundial de computadores ser uma ferramenta posta para a obtenção do consenso no debate político. As discussões nos meios eletrônicos raramente refletem a conjugação entre ideias divergentes, motivo por que os possíveis acordos alcançados na internet tendem a reiterar a convicção de um único segmento do conjunto de eleitores. A crença na internet como base para a promoção da democracia direta mostra-se frágil no contexto atual, pois é baixa a probabilidade de ela se tornar o cenário de um processo de deliberação amplo, aberto ao diálogo e suscetível ao acordo.

Os múltiplos recursos disponíveis na internet deixam aberta a possibilidade de a representação política ter avanços, quando considerada a maior possibilidade de os eleitores fiscalizarem a atuação dos políticos e de participarem mais ativamente no processo de tomada de decisões. Contudo, a representação formal ainda não se dissocia do regime democrático como melhor instrumento para seu exercício.

Referências

BALKIN, Jack M. Digital speech and democratic culture: a theory of freedom of expression for the information society. *New York University Law Review*, New York, v. 79, n. 1, p. 1-55, 2004.

BAKKER, Tom P.; DE VRESSE, Claes H. Good news for the future? young people, internet use, and political participation. *Communication Research*, California, v. 38, n. 4, p. 451-470, 2011.

BECKER, Carl L. *O dilema da democracia*. Tradução de Primavera Neves Pedroso. Rio de Janeiro:

Zahar, 1964.

BEST, Samuel J.; KRUEGER, Brian S. Analyzing the representativeness of internet political participation. *Political Behavior*, New York, v. 27, n. 2, p.183-216, 2005.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- CAMPILONGO, Celso Fernandes. *Representação política*. São Paulo: Ática, 1988.
- COLEMAN, Stephen. New mediation and direct representation in the digital age. *New Media & Society*, California, v. 7, n. 2, p. 177-198, 2005.
- DAHL, Robert Alan. *Poliarquia: participação e oposição*. Tradução de Celso Mauro Paciornik. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- DORIA, Pedro. Pesadelo político no facebook. *O Globo – Economia* [online], Rio de Janeiro, 23 jul. 2012. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/pedro-doria-pesadelo-politico-no-facebook-5564248>>. Acesso em: 2 out. 2012.
- FRIEDRICH, Carl J. *Democratie constitutionnelle*. Paris: Universitaires de France, 1958
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. Arabs are democracy's new pioneers. *The Guardian*, London, 24 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.guardian.co.uk/commentisfree/2011/feb/24/arabs-democracy-latin-america>>. Acesso em: 13 nov. 2011.
- HELD, David. *Models of democracy*. 2. ed. Stanford: Stanford University, 1996.
- HOWARD, Phillip N. Deep democracy, thin citizenship: the impact of digital media in political campaign strategy. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, Philadelphia, v. 597, n. 1, p. 153-170, 2005.
- KELSEN, Hans. *A democracia*. Tradução de Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Carmargo, Marcelo Brandão Cipola. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LIPSON, Leslie. *A civilização democrática*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1966.
- LAVALLE, Adrian Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 49-103, 2006.
- _____; ARAÚJO, Cícero. O futuro da representação: nota introdutória. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 9-13, 2006.
- LOEWENSTEIN, K. *Teoria de la constitución*. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte. Barcelona: Ariel, 1986.
- MANIN, Bernard. *Principles du gouvernement représentatif*. Paris: Calmann-Lévey, 1995.
- _____; PRZEWORSKI, Adam; STOKES, Susan C. Eleições e representação. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 105-138, 2006.
- MARATEA, Ray. The e-rise and fall of social problems: the blogosphere as a public arena. *Social Problems*, California, v. 55, n. 1, 2008.
- MILL, John Stuart. *Governo representativo*. Tradução de Jacy Monteiro. São Paulo: IBRASA, 1995.
- NEGROPONTE, Nicholas. *A vida digital*. Tradução de Sergio Tellaroli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PITKIN, Hanna Fenichel. *The concept of representation*. Berkeley: University of California, 1972.
- RESENDE, João Francisco; CHAGAS, Juliana Sawaia Chagas. Eleições no Brasil em 2010: comparando indicadores político-eleitorais em surveys e na internet. In: IV Congresso Latino Americano de Opinião Pública da WAPOR – World Association of Public Opinion Research. 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: IBOPE, 2011. Disponível em: <<http://www.ibope.com.br/download/paperswapor02.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2011.
- ROSANVALLON, Pierre. *La democratie inachevée: histoire de la souveraineté du peuple en France*. Paris: Gallimard, 2000.
- ROSENFELD, Michel. Putting the people back in the constitution: on arab popular revolt and other acts of defiance. *International Journal of Constitutional Law*, Oxford, v. 8, n. 4, p. 685-689, 2010.

ROY, Jeffrey. E-Government. *Social Science Computer Review*, Thousand Oaks, v. 21, n.1, p. 3 -5, 2003.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da representação no Estado representativo moderno*. Tradução de Ernesta Gaetani, Rosa Gaetani. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, 1962.

SCHMITT, Carl. *Legalidad y legitimidad*. Tradução de Cristina Monereo Atienza. Granada: Comares, 2006.

SCHOLZMAN, K. L.; VERBA, S.; BRADY, H. E. Weapon of the strong? participatory inequality and the internet. *Perspective on Politics*, New York, v. 8, n. 2, p. 487-509, 2010.

SUNSTEIN, Cass R. *Republic.com 2.0*. Princeton: Princeton University, 2007.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Tradução de Mauro Soares. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p.191-228, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. Tradução de Alexandre Morales. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 139-190, 2006.

WEBER, Lori M.; LOUMAKIS, Alysha; BERGMAN, James. Who participates and why?: an analysis of citizens on the internet and the mass public. *Social Science Computer Review*, Thousand Oaks, v. 21, n. 1, p. 26-42, 2003.

WILHELM, Anthony G. *Democracy in the digital age: challenges to political life in cyberspace*. New York: Routledge, 2000.